



# BIOÉTICA: A UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM TESTES DE COSMÉTICOS

Oliveira, Thiago de Jesus.<sup>1</sup>

Peres, Patrícia Sanchez<sup>2</sup>; Roveratti, Dagmar Santos<sup>1,2</sup>

1 - Centro Universitário Fundação Santo André Santo André / S.P. thijoli@hotmail.com

2 - Instituto IBIETÁ São Caetano do Sul / S.P. dagroveratti@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

O Brasil está em quinto lugar entre os países que mais consomem cosméticos do planeta, com 1.258 empresas atuando neste setor. Aparece em oitavo lugar entre outros países em quantidade de empresas de cosméticos no mundo, gerando empregos para 2,5 milhões de pessoas no país, o que corresponde a 2,7% da população economicamente ativa brasileira (CAMARGO; MENDONÇA; DUARTE, 2009).

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA (2010), apesar de numerosos, os cosméticos são formulados com um número restrito de ingredientes os quais podem ser substâncias químicas sintéticas ou extratos de origem vegetal ou animal ou, ainda, a associação entre estes ingredientes. Devido a esta diversidade, os riscos da utilização dos cosméticos devem ser avaliados por diferentes abordagens e esta avaliação deve preceder a inserção do produto final no mercado. A ANVISA afirma que na ausência de métodos substitutivos *in vitro* adequados e válidos, a maioria dos testes só pode ser razoavelmente avaliada em animais, sendo de responsabilidade do pesquisador e dos avaliadores a redução máxima do número de animais de laboratório utilizados, bem como a máxima redução de seu sofrimento.

Porém, nem todos os testes que são feitos em animais são transponíveis aos seres humanos. Muitos são os casos de substâncias que expressam uma resposta nas cobaias e a resposta obtida nos seres humanos expostos à mesma substância é outra. Esta situação é denominada idiosincrasia (RAYMUNDO; GOLDIM, 2002). Em meados de 1960, A utilização de talidomida em

tranqüilizantes é um exemplo de idiosincrasia: essa substância não causou nenhuma reação nos testes realizados em ratos, porém, quando administrada em tranqüilizantes e ingeridos por mulheres grávidas, resultou em dez mil crianças nascidas com deformações congênitas em membros (PEREIRA, 2006).

O termo bioética foi utilizado pela primeira vez pelo oncologista Van Rensselaer Potter, em 1970 e sua intenção era desenvolver uma ética das relações vitais, dos seres humanos entre si e dos seres humanos com ecossistema (SOARES; PINEIRO, 2002). Atualmente a bioética é considerada tema de discussão em diversas áreas do conhecimento: juristas, teólogos e sociólogos discutem com profissionais da área da saúde o desenvolvimento de uma ética que contemple a aplicação das conquistas biomédicas e biotecnológicas, sem preterir os valores morais presentes na sociedade (NEVES, 2000). A noção de bioética deve girar em torno das questões que têm a vida como objeto principal, não se limitando apenas à vida humana, mas impondo o respeito à vida dos demais seres vivos (SOARES; PINEIRO, 2002).

Em 1959, Rex Burch e William Russell introduziram o conceito dos 3R's no livro "The Principles of Humane Technique": replace (substituir), reduce (reduzir) e refine (refinar). O significado do conceito induz a utilização mínima de animais em experimentos, com o mínimo de sofrimento possível, visando sempre à busca por novas alternativas e técnicas substituíveis que não alterem os resultados do estudo (CAZARIN; CORRÊA; ZAMBRONE, 2004).

## OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo fazer um levantamento de dados referente ao conhecimento da população da região do Grande ABC / SP sobre a utilização de animais em testes de laboratório, realizados por empresas de cosméticos, verificando qual a posição do consumidor sobre o assunto, além de propor um “selo de identificação” que garanta o direito do consumidor em optar por produtos testados ou não em animais.

## MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário semi - estruturado, composto por seis questões alternativas, abordando perguntas relativas aos tipos de cosméticos utilizados pelos entrevistados, conhecimento dos entrevistados sobre a realização de testes em animais antes da comercialização de alguns destes produtos, tipos de animais que são utilizados nos testes e se o entrevistado utilizaria um cosmético que foi testado em animais. Como base para algumas questões foram utilizadas informações disponíveis no endereço eletrônico do PEA - Projeto Esperança Animal sobre empresas nacionais que não utilizam animais em seus testes. A partir destes dados, foi desenvolvida uma das questões onde o entrevistado respondeu quais empresas, na opinião dele, utilizam ou não animais em seus testes. O questionário foi aplicado para 100 pessoas, moradores da Região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) durante o último semestre de 2010. A abordagem foi aleatória, explicando aos entrevistados os objetivos da pesquisa.

## RESULTADOS

Quando questionados se sabiam que alguns cosméticos eram testados em animais, 74% dos entrevistados responderam que sim, 24% responderam que não e 2% não responderam a questão. Já quando questionados se usariam cosméticos mesmo sabendo que por uma questão de segurança foram testados em animais, 55% responderam que sim, utilizariam cosméticos mesmo sabendo que foram testados em animais. Já 40% dos entrevistados responderam que não utilizariam. Foi perguntado aos consumidores se seria interessante a implantação de um selo que diferenciasse os cosméticos testados em animais, dos cosméticos não testados: 87% responderam que sim, 11% responderam que não uma vez que nenhuma empresa deveria realizar testes com animais e, sendo assim, o selo seria desnecessário.

Verificou - se que a maioria das pessoas sabe que cosméticos são testados em animais e que, apesar de estarem cientes dessa informação, muitas utilizariam os cosméticos sabendo que são testados em animais.

Porém, quando questionada a respeito de um selo de identificação, a grande maioria é a favor da criação de um selo que identifique para os consumidores quais empresas de cosméticos utilizam animais para testarem seus produtos. Estas pessoas afirmaram que a idéia da criação do selo é ótima uma vez que pode orientar a escolha dos consumidores atentos aos princípios da bioética e que seria uma forma fácil e ágil de prestigiar as empresas que não utilizam animais em seus testes.

## CONCLUSÃO

Uma das conclusões mais claras que podemos citar neste trabalho é o fato de que embora a maioria das pessoas entrevistadas saiba que os cosméticos podem ser testados em animais, não sabem identificar as empresas que testam ou não seus produtos em animais: para todas as empresas apresentadas a maioria das respostas foi “não sei” e, por este motivo, seria interessante o selo de identificação mencionando a utilização ou não de animais nos testes destas empresas ou produtos. Isto levaria ao consumo consciente no que se refere às questões relacionadas à bioética.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). 2010. Classificação de Produtos de higiene Pessoal, cosméticos e Perfumes. Disponível em: <http://www.portal.anvisa.gov.br>.
- CAMARGO, Clayton Neves; MENDONÇA, Caio Alencar; DUARTE, Sarah Marins. 2009. Beleza é algo relativo, depende de quem a contempla. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 395 - 410,
- CAZARIN, Karen Cristine Ceroni, CORRÊA, Cristiana Leslie; ZAMBRONE, Flávio Ailton Duque. 2004. Redução, refinamento e substituição do uso de animais em estudos toxicológicos: uma abordagem atual. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, Campinas - SP, v.40, n.3, p. 289 - 299.
- NEVES, Maria do Céu Patrão (Org.). 2000. A Bioética e sua Evolução. O Mundo da Saúde. São Paulo, v. 24, n.3.
- PEREIRA, Paula Gabriela. 2006. A Bioética na experimentação animal. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé. Guaxupé MG.
- RAYMUNDO, Márcia Mocellin; GOLDIM, José Roberto. 2002. Ética da pesquisa em modelos animais. Revista Bioética, Brasília, v.10, n. 1, p. 31 - 44.
- SOARES. André Marcelo; PINEIRO, Walter Esteves. 2002. Bioética e biodireito: uma introdução. São Paulo: Ed. Loyola, 135p.